

Ilustríssimo Sr. Presidente da Comissão Técnica de Julgamento Secretaria de Licitações da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- Codesvasf.

Ref: Concorrência Pública no. **26/08**

➤ **RECURSO ADMINISTRATIVO (art. 109 da Lei 8.666/93)**

JM ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, amplamente qualificada nos autos da presente concorrência pública, ***inconformada com a sua desclassificação***, segundo consta no “*Relatório de Exame de Julgamento das Propostas Técnicas*”, vem, tempestivamente, com base no art. 109 da Lei 8.666/83 e no direito de petição (art. 5º. Inciso XXXIV da CF/88) interpor ***RECURSO ADMINISTRATIVO***, pelas seguintes razões fáticas e de direito:

EM RELAÇÃO AO LOTE III

A decisão proferida por essa Respeitável Comissão merece ser reformada, tendo em vista que, com exceção da empresa Refran Global Service Vedações e Bombas, desclassificou todas as demais licitantes “***por descumprirem ao art.6º. da Lei 4950-A 22 de abril de 1966, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em engenharia, química, arquitetura, agronomia e veterinária***”.

Em primeiro lugar, se aduz que o Direito trabalha com três funtores deônticos: **permitir**, **proibir** e **obrigar**. Tal compreensão é fundamental para que se aplique corretamente o direito, no caso concreto, e se faça Justiça.

Sabe-se também que é princípio de hermenêutica que nenhum texto deve ser interpretado isoladamente, buscando-se sempre os princípios finalísticos das normas.

O texto do art.3º. Lei 4950-A é de clareza solar. As atividades ou tarefas desempenhadas pelos profissionais enumerados no art.1º do referido diploma, são classificadas (**PERMITIDAS**) em dois REGIMES jurídicos distintos:

- 1) Com exigência de 06 (seis) horas diárias de serviços;
- 2) Com exigência de mais de 06 (seis) horas diárias de serviços;

O Edital **não determinou** (**NÃO OBRIGOU**) que a carga horária fosse de 08 (oito) horas e, ***sendo o ato convocatório Lei entre as partes, não pode ser ignorado*** por essa Douta Comissão, sob pena de violação à lei e malferimento aos princípios administrativos nela contidos e na Constituição Federal.

O valor unitário informado pela JM, em sua proposta financeira (R\$ 3.230,00) quando dividido por 06 (seis) encontra-se acima do valor do salário-mínimo (R\$ 538,33), o qual, a partir de março passou a ser de R\$ 415,00.

Por outro lado, o preço global apresentado pela JM ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA **é o menor de todos** não se justificando que a CODEVASF **desperdice cerca de R\$ 400mil reais**.

Transcreve-se abaixo, para facilitar a apreciação do recurso, a integralidade do diploma em comento:



**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

LEI Nº 4.950-A, DE 22 DE ABRIL DE 1966.

Dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.

*Faço saber que o **CONGRESSO NACIONAL** aprovou e manteve, após veto presidencial, e eu, **AURO MOURA ANDRADE, PRESIDENTE do SENADO FEDERAL**, de acordo com o disposto no § 4º do art. 70, da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:*

Art . 1º O salário-mínimo dos diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária é o fixado pela presente Lei.

Art . 2º O salário-mínimo fixado pela presente Lei é a remuneração mínima obrigatória por serviços prestados pelos profissionais definidos no art. 1º, com relação de emprêgo ou função, qualquer que seja a fonte pagadora.

Art . 3º Para os efeitos desta Lei as atividades ou tarefas desempenhadas pelos profissionais enumerados no art. 1º são classificadas em:

- a) atividades ou tarefas com exigência de 6 (seis) horas diárias de serviço;*
- b) atividades ou tarefas com exigência de mais de 6 (seis) horas diárias de serviço.*

Parágrafo único. A jornada de trabalho é a fixada no contrato de trabalho ou determinação legal vigente.

Art . 4º Para os efeitos desta Lei os profissionais citados no art. 1º são classificados em:

- a) diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária com curso universitário de 4 (quatro) anos ou mais;*
- b) diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária com curso universitário de menos de 4 (quatro) anos.*

Art . 5º Para a execução das atividades e tarefas classificadas na alínea a do art. 3º, fica fixado o salário-base mínimo de 6 (seis) vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País, para os profissionais relacionados na alínea a do art. 4º, e de 5 (cinco) vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País, para os profissionais da alínea b do art. 4º.

Art . 6º Para a execução de atividades e tarefas classificadas na alínea b do art. 3º, a fixação do salário-base mínimo será feito tomando-se por base o custo da hora fixado no art. 5º desta Lei, acrescidas de 25% as horas excedentes das 6 (seis) diárias de serviços.

Art . 7º A remuneração do trabalho noturno será feita na base da remuneração do trabalho diurno, acrescida de 25% (vinte e cinco por cento).

Art . 8º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de abril de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

*AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal*

DOS REQUERIMENTOS

Por todos os motivos acima expostos, requer a RECORRENTE a essa Serena Comissão Técnica de Julgamento:

I- **Em relação ao Lote III**

- a) Verifique se o Edital exigiu (obrigou) carga horária superior a 06 (seis) horas;
- b) Examine as **regras permissivas** contidas no art.3º. da Lei 4950-A (regime de 06 horas e regime superior a 06 horas);
- c) Acolha a Proposta Financeira da empresa JM ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA por ser a mais vantajosa.

REQUER, finalmente, caso não seja reconsiderada a decisão ora combatida, o que não se espera, sejam enviadas as presentes razões, à apreciação da autoridade hierarquicamente superior, consoante dispõe o parágrafo 4º do art. 109 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo do direito de fazermos uso da prerrogativa prevista no parágrafo 1º do art. 113 da referida Lei.

Termos em que pede e espera deferimento.

Fortaleza, 02 de Maio de 2.008.

JM ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA